

George Edmondson & Klaus Mladek, *A Politics of Melancholia from Plato to Arendt*, Princeton & Oxford, Princeton University Press, 2024, 304 pp. ISBN: 978-0691251301

E se, ao invés de *Eros* estar no centro da discussão entre Sócrates e uma mulher no *Symposium*, o pomo em questão fosse a própria melancolia? Através da provocatória reescrita de um passo do conhecido diálogo platónico, em que Diotima se vê substituída por Aspásia, George Edmondson e Klaus Mladek convidam-nos a tomar parte num suposto ato de reparação histórico-filosófica – devolver à melancolia a posição pretensamente usurpada pelo amor, reabilitando-a como sinónimo de virtude: “Our point is that melancholia, being one of the proper names for love, is an interpersonal condition rather than a personal one; and being interpersonal condition, it exists within the realm of politics.” (p. 2) Resta descobrir se esta licença poética e epistemológica se sustenta de pé até ao fim e se porventura é fecundo substituir, na nova fórmula, o amor ao conhecimento pelo condão saturnino de um sinónimo.

Gozando o sentimento melancólico de uma longa tradição literária, filosófica e médica, tentadora para uma miríade de autores, os dois professores de Estudos Literários do Dartmouth College, nos Estados Unidos da América tomaram em mãos um *opus* arriscado que, independentemente de implicar escolhas pessoalíssimas, determinadas pela sua formação académica e por certa orientação ideológica, denunciaria sempre oblívios e omissões, até porque se assume como esteio desta releitura conceptual a psicanálise lacaniana.

Ao envidarem esforços para libertar a melancolia das cadeias do tempo afetivo, doloroso e solipsista, ambos os estudiosos creem poder situá-la no incomum lugar da política, aliando-a a um ato de justiça memorialística:

The unforgetting melancholic is thus not a transformative figure because she struggles with her melancholic condition. Rather, melancholia is itself the engine of transformation because in it struggle, now recognized as fidelity to a loss or a sorrow that does not forget and thus is not to be overcome, becomes political. (p. 17)

Para tal, começam por desconstruir algumas camadas do texto “Trauer und Melancholie” (Luto e Melancolia) de Freud, escrito em 1917, contestando a descrição patológica da melancolia centrada na vivência de uma perda irreversível que estilhaça a relação do sujeito com a exterioridade. A controvérsia com o psicanalista austríaco ganha novos desenvolvimentos no capítulo IV, nomeadamente através do questionamento da legitimidade do complexo de Moisés e do seu assassinato (p. 190-191), dos meandros do parricídio até ao monoteísmo.

Escrutinam-se, ao longo da obra os perfis de Sócrates (capítulo I), Hamlet (capítulo II) Woyzech (capítulo III) e, por fim, as inclinações intelectuais melancólicas de Arendt (capítulo VI). Cada capítulo visa ilustrar que a ‘política da melancolia’ se traduz numa atitude atuante, praxica e inconformista, diante do espaço público e de atavismos. Com efeito, o leitor é doutrinado no sentido de aceitar a atitude de insatisfação inerente à melancolia (mas por que não à condição humana?) como fator de combustão interventiva, que, honestamente, mais ar de família pode ter com a definição de “melancolia de esquerda” de Enzo Traverso (2016) e com temas de

economia política do que com as premissas de um debate filosófico aberto, como se verifica, depois, no capítulo V (“Melancholia under capitalism”), que congrega Marx, Schumpeter e Adorno.

Segundo os dois universitários americanos, Sócrates, no papel de agente da afronta contra a tirania corporizada por Alcibíades no *Symposium*, acalenta, nos diálogos platónicos (analisam-se aqui passos da *República*, nomeadamente a interação com Trasímaco, e da *Apologia*) um *eros* melancólico com poder fraturante:

Socrates’s destructive melancholia, which emerges in response to a fundamental wrong in the city; thus has a foundational character: it gives birth to new philosophical communities, new philosophical spirits. (...) The philosophical form of life is now firmly lodged inside Athenian democracy and Panhellenic myths, in the idea of death... (p. 63)

Mobilizando o conceito de *stasis*, como conflito que tanto se apodera da alma individual, como vai minando a alma da cidade a partir do cenário gizado na *República*, metamorfoseando-se em batalha fratricida, aventa-se, no final do capítulo, e de forma abrupta, que o método de Sócrates é derrotado pela prevalência da melancolia. Nem toda a comunidade de leitores aplaudirá o desinvestimento argumentativo nesta afirmação.

Hamlet, o príncipe melancólico que reconhece o objeto amado que perdeu, mas não exatamente a parte perdida, é, a nosso ver, palidamente ligado à definição agambeniana de melancolia como “imunização contra a perda” (p. 68), pois os autores abandonam, em poucas linhas, a valiosa pista de Agamben para oscilarem entre a sombra de Édipo e a interpretação lacaniana. Caso tivessem assumido de modo consequente a discussão em torno do melancólico, pareceria evidente que os autores comentassem a luta interior travada pelo jovem órfão, que relembra a legitimidade do quadro freudiano traçado em 1917, uma vez que Hamlet não sabe se deve “suportar os golpes pungentes da fortuna adversa, ou armar-se contra um dilúvio de dores, ou pô-lhes fim, combatendo-as” (Ato III, cena I). À partida, ele concebe a hipótese de se tornar mero espectador do seu infortúnio, entorpecido diante do facto de o pai ter sido assassinado e a mãe desonrada, colocando numa redoma à vista de todos o seu sofrimento. Porém, acaba por, à maneira do que o autor das *Stanzas* postula na primeira parte do seu livro, converter Elsinore em ruína melancólica, com recurso à imaginação, tomada simplisticamente por quem o rodeia como loucura. É pena que esta pista só venha a ser aproveitada a páginas 91, de modo quase residual,

[Hamlet] is accosted on all sides, even through the gossamer, by the injunctions of the symbolic order: mourn and forget, accept an appropriate substitute, for what is lost (...). Faced with such an impoverish reality, Hamlet reacts as any melancholic would, with a discontent that borders on disgust. (...) he takes up the arms of fury and resolve and, using the imaginative engagement peculiar to the melancholic – the capacity to hold on to the lost object, to imagine an alternative to a corrupt history rooted in lack (...).

já que poderia, a meu ver, autorizar até uma aproximação entre Sócrates e a personagem shakesperiana: o filósofo tem de fenececer, como testemunha silenciada,

para não assistir ao desmoronamento do sistema cuja queda vaticinou (“the ruins of doxa”); a Hamlet só lhe resta fazer implodir a “fortaleza” política, antes assegurada pelo pai, e o seu tempo histórico, garantindo que o lugar vazio do soberano continuará por preencher.

Ainda que os autores tenham dificuldade em justificar a atribuição de um capítulo a Anna Arendt (é o capítulo mais pequeno), apelando sobretudo ao seu cabedal de referências literárias de recorte melancólico e ao timbre do seu descontentamento, parece ser um dos raros pontos em que *A Politics of Melancholia* revela alguma permeabilidade intertextual com outras secções do livro e uma ténue linha de interlocução entre a ontogénese do superego freudiano e o trauma originário de que, segundo Arendt, decorre a filosofia política (p. 223). Pena é que não se imagine, nem por instantes, uma paisagem verbal em que Woyzeck, cujo estro biográfico trágico inspira Georg Büchner a ponto de se tornar o seu testamento literário, seja putativamente ligado à figura arendtiana de ‘ninguém’ e à pólis inóspita desumanizada. Perdoa-se certo tom digressivo nessas escassas vinte páginas e a falta de uma conclusão da obra, em abono da tentativa de recuperar a dispersão alimentada pelos anteriores capítulos, quase todos nascidos de colaborações avulsas em distintos formatos.

Pese embora estas considerações, quem folhear *A Politics of Melancholia* com a expectativa de nela achar uma reflexão bem documentada – do helenismo a Anna Arendt – sobre o tema sairá desapontado e com vontade de (re)ler, pelo menos, a primeira parte de *Stanzas* (“I fantasmi di Eros”) e dois livros de László Földényi: *Melancholie* (saído em 1966, contudo reeditado em castelhano em 2008 e em francês em 2012) e *Abgrund der Seele. Goyas Saturn* (traduzido em castelhano com fidelidade sob o título *Goya y el abismo del alma* pela editora Galaxia Gutenberg). De igual modo, no âmbito da *Revista Filosófica de Coimbra*, será lustral ler o ensaio da Professora Fernanda Bernardo intitulado “Contratempos – Do Amor Filosofia, Amor e Melancolia” (saído no n.º 46, 2014, pp. 223-262), que acentua o peso da ausência do ponto de vista de Jacques Derrida no livro de George Edmondson e Klaus Mladek.

Marisa das Neves Henriques  
CLP – Universidade de Coimbra  
marisaneves.henriques@gmail.com  
0000-0002-7268-0565

DOI: [https://doi.org/10.14195/0872-0851\\_69\\_14](https://doi.org/10.14195/0872-0851_69_14)